

A luta por espaço

TARCÍSIO, HOLANDA
DE BRÁSILIA

BRÁSILIA — Os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Paes de Andrade e senador Nelson Carneiro, estão entendidos quanto à necessidade de empreender esforços em favor da recuperação da imagem pública do Poder Legislativo. Para isso, reservam capítulo especial à inauguração de informativos no rádio e na televisão para divulgar fatos e acontecimentos do interesse da Câmara dos Deputados e do Senado federal.

O leque de opções inclui desde a implantação de emissoras de rádio e televisão própria até o estabelecimento de horários dentro da programação das estações, em cadeia nacional, para transmissão do noticiário de interesse do Poder Legislativo, a exemplo dos cinco minutos distribuídos na programação e dedicados a informar as atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

O simples anúncio dessas alternativas provocou, como era de se esperar, violenta reação da parte dos proprietários dos veículos de comunicação de massa e de jornais. Fala-se na defesa do regime da livre iniciativa, na liberdade de imprensa, ameaçados por essa intervenção de um dos órgãos do Estado no domínio privado.

É a velha história. No Brasil, a intervenção do Estado só é saudada para resolver problemas corporativos. Quando o Banco do Brasil libera recursos, a intervenção é muito bem-vinda: quando a interferência se destina a promover o bem comum, é atacada. Em um país onde as instituições democráticas têm tão pouco valor e gozam de conceito tão baixo, a iniciativa dos presidentes do Senado e da Câmara é elogiável.

As atividades do Poder Legislativo não estão sendo divulgadas adequadamente pela imprensa. Plenário e comissões técnicas não têm mais cobertura, ainda que problemas do mais alto interesse nacional sejam ali enfocados. Os jornais, que antes dedicavam tanta atenção a esses dois importantes setores das duas Casas do Congresso, hoje lhes reservam uma olímpica indiferença.

Aos tempos da Constituição de 1946 — e até o golpe de 1964 — os jornais dedicavam amplos espaços à cobertura das atividades do Parlamento, dando especial atenção ao plenário e às comissões técnicas.

O Correio da Manhã, o Diário de Notícias, o Diário Carioca, o Jornal entregavam essa cobertura a grandes jornalistas e escritores, reservando grandes espaços a discursos e outras intervenções parlamentares.

Os políticos se queixam de que o Congresso ganha notícia nos jornais, principalmente em lugares de destaque e sempre para criticar duramente a Instituição. É verdade que, não raro, essas críticas são justas quando combatem a fisiologia, o filiotismo político e, em especial, o nepotismo. Mas, esses vícios não são monopólio do Congresso.

Na verdade, os dois outros poderes, Executivo e Judiciário são poupados da ação crítica da imprensa. Só o Legislativo paga o pato — afirmam muitos parlamentares. O Legislativo é um poder desarmado e aberto. Daí a facilidade com que é criticado pela imprensa. Paes de Andrade e Nelson Carneiro querem abrir espaço para que apareça a versão do Congresso, o que é uma iniciativa que não deixa de ter suas razões:

O deputado Paes de Andrade já foi procurado por dirigentes da Abert, a entidade representativa dos interesses dos proprietários de estações de rádio e televisão. Ficou marcado encontro para amanhã, na residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados, quando o plano de divulgação do Poder Legislativo será discutido. Paes pretende comparecer à reunião em companhia de alguns parlamentares para discutir as diferentes alternativas que estão em exame.

Apesar da reação ensaiada pelos donos de estações de rádio e televisão, a decisão dos dirigentes das duas Casas do Congresso é a de criar alternativa em matéria de divulgação.

Pelo que se sente, não se cogita de organizar novas estações de televisão e rádio, a custo altíssimo, pois exigiria aquisição de equipamentos importados e contratação de pessoal especializado. A opção mais viável ainda e a de reservar cinco minutos de espaço na programação das emissoras de rádio e televisão para a difusão de notícias do interesse da Câmara e do Senado, inspirando-se na experiência vitoriosa do Diário da Constituinte.

Mesmo essa última alternativa demandará penosas negociações, pois os proprietários de estações de rádio e TV não se mostram simpáticos a essa idéia. A menos que se crie um fundo para pagar o tempo.